

ATUAÇÃO DOCENTE E PEDAGÓGICA NA EJA: IMPORTÂNCIA DO AFETO E CONSCIÊNCIA DE CLASSE NA CONSTRUÇÃO DO PAPEL POLÍTICO E CRÍTICO DA EDUCAÇÃO

TEACHING AND PEDAGOGICAL PERFORMANCE IN YOUTH AND ADULT EDUCATION: THE IMPORTANCE OF AFFECTION AND CLASS CONSCIOUSNESS IN THE CONSTRUCTION OF THE POLITICAL AND CRITICAL ROLE OF EDUCATION

ACCIÓN DOCENTE Y PEDAGÓGICA EN LA EJA: IMPORTANCIA DEL AFECTO Y CONSCIENCIA DE CLASE EN LA CONSTRUCCIÓN DEL PAPEL POLÍTICO Y CRÍTICO DE LA EDUCACIÓN

Ana Hulle de Oliveira Cruz¹

Resumo

Este artigo visa construir um debate crítico sobre a atuação docente e pedagógica no contexto da Educação de Jovens e Adultos, modalidade de ensino da educação brasileira que atende àqueles que estão em idade considerada irregular conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/1996. O trabalho utiliza como aporte teórico autores como Arroyo (2006), Marx e Engels (2007) e Prada (1995), entre outros, além de estudos anteriores da autora deste artigo (CRUZ, 2020, 2022). Diante das especificidades que compõem o público da EJA, duas questões se tornam importantes para o papel político da educação: o afeto e a consciência de classe; sendo assim, é importante que o profissional de educação, docente e/ou pedagogo que atua na EJA, perceba a importância do caráter político e crítico da educação em sua atuação profissional, no combate à condição segregacionista do sistema educacional brasileiro, que acentua as desigualdades sociais.

Palavras-chave: educação; EJA; consciência de classe; docência; pedagogia.

Abstract

This article aims to build a critical debate on teaching and pedagogical performance in the context of Youth and Adult Education (YAE), a teaching modality of Brazilian education that assists those who are at an irregular age, according to the National Education Guidelines and Framework Law, nº. 9,394/1996. The work uses as theoretical support authors such as Arroyo (2006), Marx and Engels (2007), and Prada (1995), among others, in addition to previous studies by the author of this article (CRUZ, 2020, 2022). Given the specificities that make up the public of YAE, two issues become important for the political role of education: affection and class consciousness; therefore, it is important that the education professional, teacher, and/or pedagogue who works in YAE, comprehend the importance of the political and critical character of education in their professional performance, to combat the segregationist condition of the Brazilian educational system, which accentuates social inequalities.

Keywords: education; YAE; class consciousness; teaching; pedagogy.

Resumen

Este artículo pretende construir un debate crítico sobre la actividad docente y pedagógica en el contexto de la Educación de Jóvenes y Adultos, modalidad de la educación brasileña que atiende a quienes están en edad considerada irregular, según la *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, nº 9.394/1996. El trabajo utiliza como aporte teórico autores como Arroyo (2006), Marx y Engels (2007) y Prada (1995), entre otros, además de estudios anteriores de la autora de este artículo (CRUZ, 2020, 2022). Frente a las especificidades del público de la EJA, dos cuestiones se vuelven importantes para el papel político de la educación: el afecto y la conciencia de clase; de esa manera, es importante que el profesional de la educación, docente y/o pedagogo que trabaja en la EJA, perciba la importancia del carácter político y crítico de la educación en su actividad profesional, en el combate a la condición segregacionista del sistema educativo brasileño, que fortalece las desigualdades sociales.

¹ Licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional Uninter.

Palabras-clave: educación; EJA; consciencia de clase; docencia; pedagogía.

1 Introdução

A Educação de Jovens e Adultos é uma das modalidades de ensino da Educação Básica Brasileira regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), que visa atender os jovens com idade entre 15 e 17 anos para a conclusão do ensino fundamental, e jovens e adultos com idade igual ou superior a 18 anos para a conclusão do ensino médio; ou seja, é direcionada àqueles que não conseguiram acessar a escola ou não conseguiram concluir os estudos na idade/tempo considerado regular pela LDB. A idade estimada como regular vai de 6 a 14 anos para o ensino fundamental e dos 15 aos 17 para o ensino médio. Logo, é uma modalidade voltada para jovens e adultos que não tiveram acesso à escola ou tiveram seus estudos interrompidos no ensino regular diurno por diferentes motivos e que retornam para a escola, em mais uma tentativa de retomar e concluir os estudos.

Apenas depois dos anos 40, a Educação de Jovens e Adultos ganhou um caráter de política educacional, e passou a ser reconhecida no artigo 208º da Constituição Federal de 1988, onde menciona a oferta do ensino fundamental para aqueles que não tiveram acesso na idade regular (CRUZ, 2020, p. 15).

A LDB nº 9.394, de 1996, insere a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade de ensino da Educação Básica, mediante o artigo 37º, visando fornecer educação para aqueles “que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria”. O parágrafo 3º foi adicionado em 2008 e o texto principal foi alterado em 2018 conforme a citação a seguir:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018) § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. § 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008). (BRASIL, 1996, n.p.).

Diante da necessidade desta modalidade de ensino, é importante refletir sobre o que leva um estudante a abandonar a escola durante o período regular, enquanto criança ou adolescente. Apesar do discurso de que todos têm acesso à educação e de que a escola é um espaço

democrático, é importante que, ademais do acesso, a permanência seja questionada e garantida pelo Estado. Deve-se ainda questionar sobre a qualidade da educação pública.

Na construção de um relato etnográfico durante o exercício da residência pedagógica em turmas da EJA e do ensino médio regular noturno em uma escola pública estadual no interior da Bahia, Cruz (2020) destacou as causas comuns da matrícula dos jovens e adultos no turno noturno, comumente utilizado para a oferta da EJA na Bahia:

[...] dificuldade em se adaptar ao turno diurno, devido à **necessidade de trabalhar durante o dia** ou dificuldade no aprendizado; acúmulo de reprovações, devido ao trabalho ou outros motivos pessoais/familiares, que os exclui da idade regular para o ensino diurno. **É importante destacar que esses estudantes do turno noturno, em sua maioria, trabalham durante o dia** e, em se tratando das mulheres, é comum que elas relatem que possuem outras responsabilidades, como o **trabalho doméstico**, cuidados com os filhos e/ou companheiros (CRUZ, 2020, p. 18, grifo nosso).

Sendo assim, além da dificuldade na aprendizagem muitas vezes ignorada durante a fase regular de ensino, a necessidade de ingressar no mercado de trabalho na infância ou adolescência — uma importante consequência da desigualdade social que interrompe a continuidade dos estudos de determinada parcela da população brasileira — se faz presente não somente no momento que o estudante abandona a escola na idade regular como também quando retorna à escola por meio da EJA. O trabalho é uma importante característica a se considerar quando se trata desta modalidade de ensino, o que demonstra a importância da consciência de classe na educação. Prada (1995) aponta que os estudantes do turno noturno são identificados como adultos não pela idade, mas devido à sua condição social como trabalhadores, que os sujeita a todo tipo de trabalho para a garantia de sobrevivência. O autor supracitado reforça ainda que o trabalhador não é apenas aquele que consegue manter um vínculo empregatício formal/legal por meio de contrato ou carteira de trabalho assinada; aqueles que trabalham em situação informal, estão desempregados e/ou em busca de emprego também são trabalhadores.

Em um artigo publicado no *GI Economia*, Cavallini (2022) afirma que a falta de trabalho ainda atinge 9,9 milhões de pessoas no Brasil — o menor número desde janeiro de 2016 — e destaca que a queda do desemprego é justificada pelo crescimento da informalidade, que atinge 39,3 milhões de trabalhadores no país. Logo, a classe trabalhadora jamais poderia ser considerada como aquela que possui um vínculo legal/formal de trabalho, principalmente ao se considerar a marcante desigualdade social no Brasil, que divide a sociedade em duas classes antagônicas: o proletariado e a burguesia.

Em reflexão sobre o exposto até aqui, qual seria a semelhança entre os estudantes que compõem a EJA, seus professores e demais profissionais da educação? Quem tem o privilégio

de não necessitar conciliar estudos com o trabalho, além das demais áreas da vida pessoal? A identificação de docentes, pedagogos, discentes e demais profissionais que atuam na escola como classe trabalhadora é um ato que desperta a sensibilidade para olhar para o outro de forma humanizada. É importante não julgar o educando como desinteressado ou “sem futuro” por tentar conciliar os estudos com o trabalho, por continuar fracassando no sistema de educação e avaliação atualmente imposto pelo Estado.

A EJA tem como público-alvo a classe proletária, definida por Marx e Engels (2007) como a classe de trabalhadores que, por não dispor dos meios de produção, são obrigados a vender a sua força de trabalho para sobreviver. O caráter segregacionista do sistema atual de educação é notório quando crianças e adolescentes precisam abandonar a escola pela necessidade de ingressar no mercado de trabalho para ajudar no sustento da família ou no sustento próprio. Sendo assim, manter uma prática educativa reprodutivista, apenas fortalece o sistema capitalista, em detrimento da emancipação humana, que envolve a liberação crítica e política do ser humano.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu — no seu todo — ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também **gerar e transmitir um quadro de valores que legitimam os interesses dominantes**. [...] O que permanece constante é a defesa mais ou menos oculta das atuais determinações sistêmicas da ordem existente [...] (MÉSZÁROS, 2008, p. 35, 64, grifo nosso).

2 Metodologia

Para uma discussão teórica inicial, é importante destacar que dois trabalhos de conclusão de curso da autora deste artigo foram utilizados como principais referenciais teóricos. O primeiro, intitulado *Do relato etnográfico sobre a Educação de Jovens e Adultos à prática docente: Costurando um debate sobre o atual sistema educacional e o seu caráter opressor* (CRUZ, 2020), utiliza a experiência em salas de aula da EJA e do ensino médio regular noturno obtida na residência pedagógica e registrada em um relato etnográfico em que o cotidiano escolar ilustra dados e informações sobre o tema.

Seguindo os passos de Dilthey, a “experiência” etnográfica pode ser encarada como a construção de um mundo comum de significados, a partir de estilos intuitivos de sentimento, percepção e inferências. Essa atividade faz uso de pistas, traços, gestos e restos de sentido antes de desenvolver interpretações estáveis. [...] Os dados constituídos em condições discursivas, dialógicas, são apropriados apenas através de formas textualizadas. Os eventos e os encontros da pesquisa se tornam anotações de campo. As experiências tornam-se narrativas, ocorrências significativas ou exemplos (CLIFFORD, 2002, p. 36, 41, grifo do autor).

O segundo TCC teve como objetivo iniciar uma discussão sobre a formação inicial do pedagogo para a atuação na EJA, com o título *Formação inicial do pedagogo e a atuação na EJA: tecendo debates* (CRUZ, 2022). O estudo analisa as ementas dos cursos de Pedagogia de duas diferentes universidades públicas, em busca de discussão e atenção sobre a EJA no currículo da formação inicial do pedagogo. Fez uso de duas metodologias, a pesquisa bibliográfica e a documental, o que permite o entrelaçar o que foi elaborado por outros autores com as percepções individuais obtidas da análise de documentos legais e, principalmente, das ementas estudadas para a construção do trabalho.

Enquanto a **pesquisa bibliográfica** se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a **pesquisa documental** vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. [...] Existem, de um lado, os documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, etc. De outro lado, existem os documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas etc. (GIL, 2008, p. 51, grifo nosso).

Ambos os trabalhos apresentam um recorte sobre o sistema educacional atual e o sistema capitalista que rege o Brasil, em uma postura crítico-política contra a educação reformista e reprodutivista presente no país. Neles, há reconhecimento e defesa de uma educação em prol da verdadeira emancipação humana, da construção coletiva de um novo sistema educacional que proporcione escolhas, acesso, permanência e qualidade de ensino aos educandos trabalhadores. Ali se confirma que não é possível oferecer espaço para argumentações reformistas/reprodutivistas; que pensar em formas de romper com o modelo social e econômico estabelecido e não fazer acordo com aquele que oprime a classe operária — de diversas formas — é um caminho para uma nova educação.

3 O caráter crítico e político da educação

Ao analisar o ementário dos cursos de Pedagogia em duas universidades públicas distintas, Cruz (2022) informa que as ementas estudadas demonstram pouca atenção para a atuação na EJA e ressalta que, em meados do século XX, os principais programas governamentais no Brasil utilizaram a educação de adultos com o intuito de erradicar o analfabetismo e tirar o país do atraso, pois a esfera internacional apontava o analfabetismo como principal causa do atraso em termos de desenvolvimento.

Strelhow (2010) aponta que, em 1920, 72% da população brasileira era considerada analfabeta, o que alimentava o discurso de que o Brasil era um país de cultura e economia

atrasadas devido o alto índice de analfabetismo. Isso justificou, por longos anos, a criação de inúmeros projetos mal elaborados — do ponto de vista pedagógico — focados em reduzir o analfabetismo de maneira quantitativa e não qualitativa. Cruz (2020) afirma que foi durante o primeiro governo provisório de Getúlio Vargas que um total de 26 educadores assinaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, com o objetivo de reconstruir a educação no Brasil, marco importante na educação brasileira. A autora ainda indica que foi durante as décadas de 40 e 50 que surgiram o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Fundo Nacional do Ensino Primário, que destinou 25% dos recursos para a educação de adolescentes e adultos. Entretanto, as tentativas de erradicar o analfabetismo e o atraso do país eram impulsionados não pelo desejo de emancipar o povo brasileiro, mas pela pressão internacional exercida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que disseminavam que a educação seria a responsável por tirar muitas nações do atraso. Como Strelhow (2010) declara, os programas de educação executados no Brasil estavam mais preocupados com a quantidade de pessoas formadas do que com a qualidade de tal formação.

Prova disto é que, durante o período da ditadura militar no Brasil, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) visava alfabetizar o maior número de pessoas; com a Nova República, em 1985, o MOBRAL foi extinto e, segundo Stephanou e Bastos (2005 apud STRELHOW, 2010), inúmeras pessoas alfabetizadas pelo programa desaprenderam a ler e escrever após a extinção do projeto, dando espaço para outros que “foram criados e extintos até que os municípios assumiram a responsabilidade com a educação de jovens e adultos, quando em 1990 o governo Collor não elabora nenhum projeto/programa.” (CRUZ, 2020, p. 13).

Até a década de 20, vários planos e projetos foram elaborados na tentativa de erradicar o analfabetismo, porém, o intuito era apenas transformar aquela parcela da população analfabeta em pessoas que pudessem contribuir para o desenvolvimento do país, mas, o curioso era que o único requisito exigido para as pessoas que atuariam no letramento desses analfabetos era apenas a alfabetização, ou seja, não havia uma preocupação com o planejamento metodológico/pedagógico para a execução desses projetos (CRUZ, 2020, p. 12-13).

Ou seja, o discurso de que a educação possui um caráter emancipatório e que cumpre o papel — determinado pela LDB — do pleno desenvolvimento do educando, de seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho, mantém-se em contradição quando se observa que os licenciados em diversos cursos (além do curso de Pedagogia) não são preparados ou estimulados para atuar na EJA. Vale ressaltar que foi somente entre 1980 e 1990 que começou a se pensar na necessidade de uma formação voltada

e adequada para a EJA dentro das universidades, ou seja, que a formação para atuação na EJA passou a ser vista como uma habilitação durante a formação acadêmica e o curso de Pedagogia a se conformar como um espaço de formação inicial de docentes para essa modalidade de ensino. Com o surgimento da EJA nos currículos dos cursos de Pedagogia, em 1985, a Universidade Estadual da Bahia (UNEB) foi a primeira universidade do Brasil a criar uma habilitação específica em Educação de Adultos no curso de Pedagogia. Entretanto, enquanto alguns profissionais de educação atuam na EJA, outros professores, coordenadores e gestores costumam adotar posturas inflexíveis em avaliações e condutas insensíveis e preconceituosas diante dos educandos e suas especificidades. Isso reforça o caráter segregacionista do atual sistema excludente de educação, fruto de um sistema capitalista que não objetiva emancipar o povo, mas manter a sociedade dividida em classes.

Era comum ouvir de alguns professores que determinadas turmas eram compostas por pessoas desinteressadas e desanimadas, e de fato, lidar com as peculiaridades e dificuldades de cada turma como docente é frustrante, mas rotular um estudante ou turma como desinteressado/a, sem ao menos refletir sobre o motivo, parecia-me absurdo. Não, a docência não existe para salvar as pessoas ou o mundo, mas ela pode ser construída e praticada com empatia. **Somos trabalhadores, estudantes e humanos**, e, longe de religiosidade, percebi que tentar nos enxergar no outro é um bom caminho. [...] O objetivo do sistema atual de educação consiste em especializar essa população para constituição de mão de obra barata para o mercado de trabalho, o que mantém o fortalecimento do capitalismo por meio da utilização de um sistema ideológico que aliena o povo com o discurso de que, perante a lei, todos são iguais. Inclusive, a **criação de uma modalidade voltada para a classe trabalhadora cumpre bem o papel de exclusão no Brasil**, pois, apesar do discurso que afirma que a EJA é uma modalidade inclusiva, o que podemos diagnosticar é que a educação atual não busca ultrapassar o sistema capitalista, pois, estabelece um sistema de segregação (CRUZ, 2020, p. 15, 31-32, grifo nosso).

Sendo assim, o sistema reprodutivista presente nas salas de aulas/escolas em nada contribui para o exercício do caráter crítico e político da educação, o que não a torna emancipatória, mas reformista. Compreender as dificuldades dos estudantes em conciliar trabalho, escola e outros setores da vida — assim como a maioria dos professores em formação, em atuação profissional ou em formação continuada — é um diferencial de extrema importância. Influencia diretamente sobre a forma como o docente lida com as dificuldades apresentadas pelos estudantes na sua tentativa de permanecer na escola e a maneira como o coordenador pedagógico atua no diálogo com os alunos e os professores diante de problemas ou diante de uma proposta inovadora para a escola. Também tem influência sobre a orientação dos planejamentos pedagógicos para a EJA e, sem dúvidas, sobre a gestão escolar diante dos problemas e peculiaridades apresentados na escola, que incluem os inúmeros contextos e realidades de cada cidade, bairro, comunidade, escola e educando. A prática de olhar para o

outro de forma humanizada permite a construção de uma relação de compromisso e afeto com os estudantes, o que fortalece o dever crítico e político da educação, que deve contribuir para uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária, por meio da emancipação crítica e política dos educandos.

A educação consiste em um dispositivo crítico e político, justamente por não dispor de neutralidade; ao ser utilizada como ferramenta do Estado para a manutenção do poder das classes dominantes, a educação está ao serviço de determinado grupo e implicações políticas. Sendo assim, a reflexão acerca do verdadeiro papel da educação e da escola se faz urgente e necessária; observar desde os documentos legais até as práticas dos docentes e discentes que compõem a educação teórico-prática, de acordo com a realidade de cada escola, compreende uma importante iniciativa política.

Conforme o inciso VI do artigo 208º da CF/88 e o artigo 4º da LDB, é dever do Estado a “oferta de ensino regular noturno, adequado às condições do educando” (BRASIL, 1988, 1996), complementado pelo parágrafo 2º do artigo 24º da LDB, que adiciona ao ensino noturno, a oferta da educação de jovens e adultos. É importante ressaltar que a LDB visa assegurar a “oferta de educação escolar para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidade, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1996). Porém, se as escolas ainda reproduzem os mesmos mecanismos do ensino regular diurno para os estudantes da EJA, o que justificaria o alto índice de evasão escolar presente nesta modalidade de ensino?

4 Considerações finais

É possível perceber que existe um déficit na formação inicial não somente do pedagogo como também dos demais licenciados para uma atuação crítica, política e contextualizada na EJA. Além da formação teórica, para melhor compreensão, é necessário que a vivência prática do contexto histórico e social que motiva a constituição e existência da EJA e do seu público-alvo esteja presente durante a graduação. Arroyo (2016) destaca que a EJA ocupa um pequeno lugar quando se trata de políticas públicas, visto que atende uma população que teve e têm seus direitos cerceados por um sistema que acentua as desigualdades sociais. Sendo assim, a formação inicial atual dos educadores não visa uma Educação de Jovens e Adultos pública de qualidade, o que é útil para a manutenção da sociedade dividida em classes e fere o principal compromisso — ou o que deveria ser o principal compromisso da educação: a emancipação humana.

Diante das inúmeras possibilidades de atuação do pedagogo no campo da educação, é perceptível que existe uma forte necessidade de estímulos, debates e experiências para que o interesse pela EJA seja despertado no pedagogo em formação. É comum que a maioria dos licenciados em Pedagogia atuem na educação infantil, nas séries iniciais do ensino fundamental ou ainda, em setores de gestão e organização das instituições de ensino, ou seja, o foco da formação do pedagogo não recai sobre a atuação na EJA.

Apesar da habilitação em Educação de Adultos ser uma opção para os graduandos de Pedagogia desde 1986, nem sempre foi divulgado para os estudantes todas as opções existentes de formação, o que, algumas vezes, fez com que os estudantes não optassem pela EJA. [...] As DCNs para a formação de professores em nível superior (BRASIL, 2015) não tratam a questão da formação do professor da EJA na medida em que não mencionam a Educação de Jovens e Adultos como sendo uma das possibilidades de atuação de pedagogos e licenciados, conseqüentemente, não estabelece critérios específicos para a formação dos futuros professores da EJA. [...] Embora a demanda em potencial pela Educação de Jovens e Adultos seja alta no Brasil, o atendimento público ainda é considerado irrisório e, conseqüentemente, são escassas as vagas de trabalho. Soma-se a isto o fato de que **ainda não há uma regulamentação específica acerca da formação do professor de EJA, ou seja, nem sempre existem critérios relacionados a uma formação específica em EJA para atuar em turmas com estudantes adultos** (SOARES; SOARES, 2019, p. 3-5, grifo nosso).

Outro fator importante é o compartilhamento de vivências e experiências em sala de aula entre educandos e entre docentes e discentes; esta é uma prática extremamente importante para a construção de uma corrente de afeto, uma ferramenta essencial para um ensino-aprendizagem de qualidade. Cruz (2020) observou que a aproximação entre os estudantes por meio da realidade comum entre eles, possibilitou e possibilita um espaço para diálogo, desabafo e troca de experiências. Com o auxílio teórico e sensível do docente, a associação dos fatos compartilhados pelos educandos com a discussão teórica se torna mais fácil; iniciar uma conversa sobre o racismo em sala de aula, por exemplo, é um importante passo para que conceitos de genocídio e racismo institucional sejam explicados e compreendidos por meio das experiências de cada um, sem excluir o caráter teórico que é necessário ser exposto em sala de aula. O compartilhamento entre os estudantes e professores, assim como o ensino-aprendizagem deve ser comum a todos, pois os educandos não são os únicos a estarem no espaço escolar para aprender.

Cruz (2020) compartilha que, em sua experiência como docente de Sociologia ainda em formação, procurou agir de forma mais compreensiva quanto ao fato de estudantes não conseguirem cumprir os prazos combinados para a entrega de atividades. Esse foi um importante detalhe na aproximação entre ela e os educandos pois, ainda que tentasse manter o andamento do planejamento/cronograma para cada turma, percebeu a importância de

compreender que cada estudante tinha o seu tempo esmiuçado em diversas outras atividades e responsabilidades; ou seja, a educação/escola não era a única obrigação/atividade dos educandos. Além disso, o processo de aprendizado é algo individual; cada estudante precisa de um determinado tempo para desenvolver o seu aprendizado e novos conhecimentos. Outro fator importante mencionado pela autora foi o processo de escuta, que se fez presente e necessário, pois muitos estudantes demonstraram a necessidade de compartilhar angústias e problemas que influenciavam diretamente em seu rendimento escolar. Isso permitiu a aquisição de dados para a construção do relato etnográfico que mais tarde resultaria no TCC da docente, mas também contribuiu para uma intensa reflexão sobre como agir diante da problemática apresentada por cada estudante, o que foi importante na prática profissional.

Ou seja, o compartilhamento, a escuta, o olhar humanizado sobre os educandos possibilita a construção de um caminho para uma prática docente mais sensível e crítica, ainda que não seja uma tarefa fácil, visto que são muitos os educandos e muitas as realidades que compõem uma sala de aula, pelos quais os docentes e outros profissionais de educação são responsáveis. Logo, “É necessário ‘educar os educadores’, pois os saberes racionais que foram aprendidos nos processos formativos não são suficientes para enfrentar a complexidade e a diversidade de problemas que o trabalho docente exige” (FÁVERO; TONIETO; ROMAN, 2013, p. 277).

É durante a formação inicial do pedagogo e do docente que estes profissionais têm a sua intelectualidade, interesses e capacidade de atuação nos mais diversos contextos educacionais construídos. Sendo assim, práticas como o estágio e/ou programas de iniciação científica (como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID - e a Residência Pedagógica) devem ir além da atuação na educação infantil, ensino fundamental regular, ensino médio regular e gestão educacional; a prática durante a formação inicial precisa ir até outras modalidades de ensino — inclusive, além da EJA — para que seja possível construir um profissional preparado para encarar as diversas situações durante a sua prática docente/pedagógica após a formação inicial.

Jardim (2019) afirma que o currículo deve ser pensado como a principal ferramenta a ser utilizada em uma formação inicial de profissionais da educação de qualidade; ela defende a ideia de que o currículo seleciona os conhecimentos que serão indispensáveis para a formação de pedagogos e professores críticos. Sendo assim, é imprescindível que o currículo da formação inicial dos pedagogos e dos demais docentes seja reformulado e adote um olhar crítico acerca do sistema educacional e da EJA, visando preparar melhor, com aparatos críticos, teóricos e práticos, aqueles que poderão atuar em uma instituição que oferta a EJA. Isso vai, até mesmo,

estimular um constante aprimoramento por meio da formação continuada, outro meio de aperfeiçoamento profissional que não deve ser encarado como a única porta para o desenvolvimento de melhores habilidades profissionais.

Por mais que se defina e procure um consenso, currículo implica complexidade e conflito, construído no dissenso, já que sobre o conhecimento há várias perspectivas que traduzem as funções da escola. Deste modo, a questão central do currículo, porque não existe neutralidade em qualquer decisão que sobre ele seja tomada, processa-se em torno desta perene e essencial questão: “Qual é o conhecimento mais valioso?” (PACHECO, 2011, p. 311).

O debate abordado ao longo deste trabalho não se encerra aqui; este artigo não interrompe nem tem o propósito de limitar a presente discussão, pois, o que se construiu foi uma caminhada dialógica que buscou tecer provocações, análises e reflexões sobre a atuação do pedagogo e docentes na EJA. Logo, este artigo busca abrir portas para que este importante tema seja propagado não somente nos cursos de Pedagogia, mas em outras licenciaturas, etapas e espaços da formação acadêmica. Somente assim será possível construir uma educação em prol da emancipação, fomentar reflexões sobre um novo sistema educacional que proporcione aos estudantes trabalhadores uma educação pública de qualidade, crítica e política.

Referências

ARROYO, Miguel González. Formar educadoras e educadores de jovens e adultos. *In*: SOARES, Leônicio (org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica/SECADI-MEC/UNESCO, 2006.

BRASIL. [**Constituição (1988)**]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. **Lei n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1996.

CAVALLINI, MARTA. Desemprego recua para 9,1 em julho, mas número de informais é recorde. **G1 Economia**, Rio de Janeiro/São Paulo, 31 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/08/31/desemprego-recua-para-91percent.ghtml>. Acesso em: 08 set. 2022.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

CRUZ, Ana Hulle de Oliveira. **Do relato etnográfico sobre a educação de jovens e adultos à prática docente**: costurando um debate sobre o atual sistema educacional e o seu caráter opressor. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Vale do São Francisco, Juazeiro-BA, 2020.

CRUZ, Ana Hulle de Oliveira. **Formação inicial do pedagogo e a atuação na EJA**: tecendo debates. Trabalho de Conclusão de Curso (Segunda licenciatura em Pedagogia) – Centro Universitário Internacional Uninter, Juazeiro-BA, 2022.

FÁVERO, Altair Alberto; TONIETO, Carina; ROMAN, Marisa Fátima. A formação de professores reflexivos: A docência como objeto de investigação. **Educação**, Santa Maria -RS, v. 38, n. 2, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/5483>. Acesso em: 15 set. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JARDIM, Fernanda Ojeda. O currículo de formação do pedagogo: um olhar crítico visando humanização. *In*: SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO DOCENTE, 4., 2019, Dourados– MS. **Anais [...]**. Dourados-MS: UFMS, 2019.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Organização e introdução de Osvaldo Coggiola. São Paulo: Editorial Boitempo, 2007. Disponível em: <http://www.ifibe.edu.br/arq/201507151648311870285950.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.

MÉSZÁROS, István. 1930. **A educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

PACHECO, José Augusto. Currículo e gestão escolar no contexto das políticas educacionais. **RBPAAE**, Brasília, v. 27. n. 3. pág. 377-390, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/26410>. Acesso em: 18 set. 2022.

PRADA, Luís Eduardo Alvarado. **A formação em serviço de docentes de adultos**: pos-alfabetização. 1995. 132 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

SOARES, Leôncio; SOARES, Rafaela Carla Silva. Formação inicial, inserção e atuação profissional na EJA. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 39., 2019, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2019.

STRELHOW, Thyeles Bocarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista Histedbr**, Campinas, n. 38, p. 49-59, 2010.